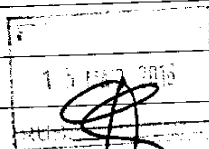


Secção de: 6851

Em: 13/05/2016 remeto o seguinte a: Relat. m. 116.1

DISCRIMINAÇÃO

• Relatório de Gestão e Demonstração
Económico e Financeiro d. 11.4
(Sess. de S. R. d. 28.ª de Abril de 2016)



O funcionário

Gouveia (-)

CM Matosinhos

30-03-2016
Saída/2016/7744

Ex.ma. senhora
Presidente Assembleia Municipal de Matosinhos

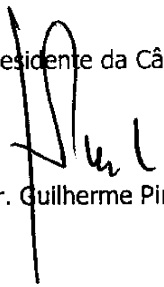
CM Matosinhos

30-03-2016
Entrada/2016/5461

Assunto: Relatório de gestão e demonstração económica e financeira de 2015 - Matosinhos
Habit, E.M.

Solicito a V. Exa. o agendamento do assunto em epígrafe a fim de ser incluído na próxima sessão do Órgão Deliberativo, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o artº 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

O Presidente da Câmara

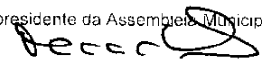


Dr. Guilherme Pinto

Agende-se.

Matosinhos, 30 de março de 2016

A presidente da Assembleia Municipal



Dr.ª Palmira dos Santos Macedo

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DE 2015

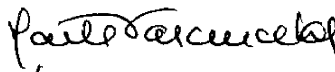
Pela Matosinhos Habit, E.M. foi apresentado o Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira do ano 2015 e parecer do ROC.

Pela senhora chefe do gabinete dos Órgãos Autárquicos foi exarado o seguinte despacho: "À consideração do Exmo. senhor presidente:

- 1 - Sugerindo-se a inclusão do presente processo na ordem de trabalhos da próxima reunião do Executivo, e posteriormente a respetiva submissão à Assembleia Municipal, para conhecimento;
- 2 - Simultaneamente deve o Executivo deliberar sobre o sentido de voto do representante do Município na Assembleia Geral da empresa, para aprovação dos documentos em causa.
- 3 - Foram cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares.

18/03/2016

A chefe do gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos,

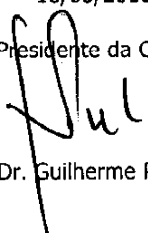


Dr.ª Marta Vasconcelos

Aproprio.

18/03/2016

O Presidente da Câmara



Dr. Guilherme Pinto



relatório de demonstração económica 2015



Índice

INTRODUÇÃO.....	3
CARATERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS	4
I- DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIAL E HABITACIONAL E GABINETE DE MANUTENÇÃO HABITACIONAL	6
II- GOP - DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS	12
III – GRU – DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA.....	14
IV – GESTÃO DE QUALIDADE	19
V – APRECIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE SUA APLICAÇÃO	21
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO	67



INTRODUÇÃO

A MatosinhosHabit é uma empresa que tem demonstrado inequivocamente capacidade, organização e liderança, para honrar e assumir compromissos. Assume desafios e antecipa a resolução de problemas, procurando no seu campo de intervenção, quer por si já difícil e complicado, firmar argumentos e estratégias que sirvam a quem a esta Empresa recorre.



O ano 2015 colocou desafios acrescidos à MatosinhosHabit, pois a conjuntura económica do país manteve-se adversa, refletindo-se nas dificuldades vivenciadas pelas famílias. A melhoria das suas condições de vida, continuou a merecer por parte da MatosinhosHabit uma atenção particular, ao mesmo tempo que se tem vindo a apostar em projetos especiais, que vêm complementar todo o trabalho.

Também se fizeram apostas relevantes ao nível interno, sobretudo no que respeita ao alargamento e melhoramento dos serviços prestados e à gestão dos recursos disponíveis.

Para fazer face ao incumprimento no pagamento das rendas, a MatosinhosHabit persistiu na implementação de uma estratégia rigorosa de alerta e controlo, numa atuação célere e eficaz, informando os arrendatários da situação de incumprimento e sensibilizando-os para as suas consequências, renegociando valores de acordos, num trabalho principalmente de prevenção do aumento de dívidas.

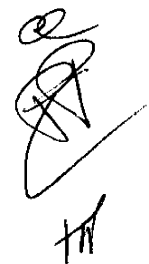
Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 10º. dos Estatutos da MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM e em conformidade com a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto submete-se à apreciação o relatório de gestão e demonstração económica e financeira referente à atividade desenvolvida no exercício de 2015, ano de constantes desafios que o Conselho de Administração tentou com o seu empenhamento e dedicação ultrapassar os obstáculos que foram surgindo.

CARATERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

CONJUNTOS HABITACIONAIS	FREGUESIA	Nº DE FOGOS	ANO CONSTRUÇÃO
BAIRRO DOS PESCADORES	MATOSINHOS	49	2005 (*)
BARRANHA	MATOSINHOS	1	1991 (*)
BATARIA	LEÇA DA PALMEIRA	75	2004
BIQUINHA - ANTIGO	MATOSINHOS	218	1979/1983
BIQUINHA - N	MATOSINHOS	125	1973
BIQUINHA 1ª FASE	MATOSINHOS	60	1993
BIQUINHA 2ª FASE	MATOSINHOS	42	1992
BIQUINHA 3ª FASE	MATOSINHOS	48	1994
CARCAVELOS I E II	MATOSINHOS	240	1984
CRUZ DE PAU - 25 ABRIL	MATOSINHOS	64	1994
CRUZ DE PAU - ANTIGO	MATOSINHOS	136	1953/62
CRUZ DE PAU - AUSTRÁLIAS	MATOSINHOS	48	1998
ESTÁDIO DO MAR	SRA. HORA	56	2004
LAGOA	SRA. HORA	52	1998
MONTE ESPINHO	LEÇA DA PALMEIRA	108	2005
PADRÃO DA LÉGUA	SRA. HORA	54	2000
REF. ANGOLA	MATOSINHOS	52	1972
SEARA	MATOSINHOS	132	2004
TARRAFAL	MATOSINHOS	11	1951
ESTÁDIO DO MAR II	SRA. DA HORA	11	-
ESTÁDIO DO MAR III	SRA. DA HORA	12	2012
CAIXA TEXTIL	S. MAMEDE INFESTA	86	1958
CUSTIÓ	LEÇA DO BALIO	154	2000
CUSTÓIAS - EX IGAPHE	CUSTÓIAS	56	1978
CUSTÓIAS - FUND. SALAZAR	CUSTÓIAS	49	DÉC. 60
ESTAÇÃO	S. MAMEDE INFESTA	40	1998
LARANJEIRAS	S. MAMEDE INFESTA	106	2004
MOALDE	S. MAMEDE INFESTA	16	1984
PRÉ-FABRICADOS	CUSTÓIAS	16	1980
RECAREI	LEÇA DO BALIO	154	2001/02
S. GENS I	CUSTÓIAS	178	1995
S. GENS II - 1ª FASE	CUSTÓIAS	7	2007

CONJUNTOS HABITACIONAIS	FREGUESIA	Nº DE FOGOS	ANO CONSTRUÇÃO
S. TIAGO DE CUSTÓIAS	CUSTÓIAS	44	2002
SEIXO I	S. MAMEDE INFESTA	230	1992
SEIXO II	S. MAMEDE INFESTA	94	1999
TEIXEIRA LOPES	CUSTÓIAS	48	1998
TELHEIRO	S. MAMEDE INFESTA	44	2004
S. GENS II - 2ª FASE	CUSTÓIAS	12	-
RUA GODINHO FARIA	S. MAMEDE INFESTA	7	-
CHOUSO	STA. CRUZ DO BISPO	60	1999
CIDRES	STA. CRUZ DO BISPO	42	2001
FARRAPAS	PERAFITA	188	2001
GATÕES	GUIFÕES	327	2001/02
GUARDA - ANTIGO	PERAFITA	38	1982
GUARDA I	PERAFITA	134	1994
GUARDA II	PERAFITA	22	1982
PONTE DO CARRO/ STA CRUZ DO BISPO	STA. CRUZ DO BISPO	2	2007
PRAIA DE ANGEIRAS	LAVRA	24	1995
RIBEIRAS I	PERAFITA	57	2002
RIBEIRAS II	PERAFITA	82	2004
SENDIM	GUIFÕES	376	1997
REAL DE CIMA	SRA. HORA	35	2013

Total de Fogos	4322	Total de Entradas
----------------	------	-------------------



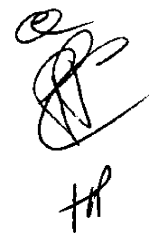
I- DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIAL E HABITACIONAL E GABINETE DE MANUTENÇÃO HABITACIONAL

O trabalho desenvolvido, por estas duas equipas, no decorrer do ano 2015, teve como princípios orientadores:

- A melhoria da qualidade de vida da população residente nos diferentes conjuntos habitacionais do concelho, através do apoio direto às famílias, na promoção da equidade e justiça social, no cálculo das rendas e na promoção de melhores condições de habitabilidade;
- Promoção de ações de realojamento, com base na graduação de todos os pedidos de habitação;
- Continuidade do programa Matosinhos Solidário.

Para o ano 2015, estabelecemos como objetivos:

- 1.1- Divulgar e implementar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos;
- 1.2- Estar mais próximo das famílias;
- 1.3- Gestão Física do Parque Habitacional;
 - 1.3.1- Promover Qualidade 100% nos conjuntos habitacionais;
 - 1.3.2- Obras Correntes de manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal;
- 1.4- Implementação, Monitorização e Controlo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA);
- 1.5- Programa Matosinhos Solidário;
- 1.6- Criação de residência apoiada;
- 1.7- Habitação Partilhada.



1.1- Divulgar e implementar o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos

Através da implementação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos (RGPHMM), foi possível avaliar e graduar 21 pedidos de transferência/mobilidade ou desdobramento habitacional, tendo sido concretizadas 26 (referentes ao ano 2015 e anos anteriores).

No ano em referência deram entrada 177 requerimentos de pedido de habitação, tendo sido graduados 76 e concretizados 38 realojamentos.

A entrada em vigor a 1 de março de 2015 da Lei 81 de 2014 de 19 de dezembro, veio estabelecer o novo regime do arrendamento apoiado para habitação social. Tal obrigou a que a MatosinhosHabit fosse forçada a efetuar adaptações nos anteriores procedimentos, nomeadamente na avaliação dos pedidos de habitação e redefinir prioridades, no sentido de dar cumprimento ao novo enquadramento legal.

Assim, a partir do dia 1 de março, os requerimentos de pedidos de habitação apresentados foram unicamente registados na base de dados (SIGA), pendentes da aprovação da reformulação do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Matosinhos, que inclui uma nova grelha de avaliação com base em novas variáveis e categorias.

Este novo enquadramento legal foi divulgado nas 10 Comissões Sociais de Freguesia. Esta partilha de informação às demais instituições que intervêm no território, permitiu a tomada de conhecimento dos procedimentos inerentes à intervenção da MatosinhosHabit, nomeadamente relacionados com a atribuição de habitação social e gestão do parque habitacional.

1.2- Estar mais próximo das famílias

Os técnicos sociais realizaram, no decorrer do ano de 2015, 9190 atendimentos aos munícipes, predominando os atendimentos aos arrendatários das habitações sociais e dos munícipes integrados no Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento.



A redefinição de prioridades para implementação do novo enquadramento legal, foi impeditiva para a realização de visitas de avaliação das condições socio habitacionais em articulação com a equipa técnica das pequenas obras.

Por forma a caracterizar a população idosa e avaliar as suas condições habitacionais, foram também identificados 575 idosos em situação de isolamento familiar.

Em consequência da entrada em vigor a 1 de março de 2015 da Lei 81 de 2014 de 19 de dezembro, foi definido um plano para atualização dos agregados familiares, tendo sido possível proceder à atualização da composição dos agregados e revisão de renda de 584 famílias.

No decorrer do ano transato, foram realizadas 11 sessões de promoção de competências ao nível dos cuidados de higiene, manutenção e gestão habitacional e cumprimento dos direitos e deveres, estabelecidos nos contratos de arrendamento.

Nestas iniciativas participaram 41 famílias em processo de realojamento ou de transferência/mobilidade ou desdobramento habitacional.

De referir ainda, que no âmbito do protocolo do Atendimento Integrado, os técnicos do DGSH, acompanharam processos sociais de arrendatários residentes nos conjuntos habitacionais de S. Gens e Monte Espinho. Inicialmente foram acompanhados 9 processos sendo que 7 destes encontram-se com contrato de inserção ativo, os 3 restantes processos não implicam a definição de um contrato de inserção, dado tratarem-se de processos no âmbito da ação social.

1.3- Gestão Física do Parque Habitacional

1.3.1 Promover Qualidade 100% nos Conjuntos Habitacionais

Em 2015, e no seguimento da intervenção realizada na gestão dos espaços comuns, demos continuidade à prestação de serviços de limpeza e substituição de lâmpadas, com um custo total de 234.122,79€.



Prosseguiu-se com as ações de manutenção dos painéis solares de aquecimento de águas sanitárias existentes em 7 dos Conjuntos Habitacionais Municipais, e com a monitorização e manutenção dos painéis fotovoltaicos que compõem as 4 unidades de Micro Geração do Conjunto Habitacional da Praia de Angeiras, cuja produção de energia é vendida na totalidade à EDP, com um custo total de 12.398.40€.

1.3.2- Obras Correntes de manutenção e conservação do Parque Habitacional Municipal

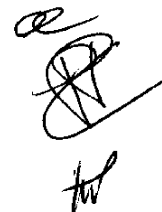
Na sequência do que tem vindo a ser realizado nos últimos anos, em 2015 mantivemos a máxima racionalização das intervenções, preconizada na sistematização das mesmas e na maior exequibilidade dos preços, seguindo a celeridade da sua resolução através dos parâmetros já definidos de prioridade (risco de vida, necessidades fisiológicas e danos no património).

Nos agregados familiares que alegam precaridade económica, os pedidos de intervenção são avaliados pelos técnicos sociais, com o objetivo de integrar os pedidos nos escalões definidos pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit.

No ano em referência foram apresentadas na MatosinhosHabit 2339 participações de anomalia, que após verificação com respetiva visita técnica, num total de 6759 visitas resultaram:

- **1447 Intervenções** de reparação, conservação e adaptação;
- **701 Participações de avaria** que a intervenção do **Piquete da MH** solucionou na íntegra;
- **53 Participações de avaria** que após análise do Técnico de Conjunto Habitacional foram indicadas como da responsabilidade do arrendatário;
- **182 Participações de avaria** não foram analisadas por falta de cumprimento do pagamento das rendas;
- **52 Participações de avaria** transitaram para resolução e/ou análise para 2015.

O custo total das intervenções foi de 287.235,55€. O valor médio por intervenção foi de 198,50€.



Os técnicos, em colaboração com entidades externas, procederam a diligências com vista à desocupação de fogos que se encontravam devolutos, entre outras problemáticas (desinfestações, mudanças de fechadura, etc.).

Nos espaços comuns quanto à manutenção preventiva foram registadas 781 anomalias em que o custo total das intervenções foi de 329.638,13€. O valor médio de intervenção foi de 422,07€.

A mobilidade dos agregados familiares, por necessidade de adequação de tipologia e o aparecimento de fogos devolutos para novos realojamentos – falecimento do arrendatário e alternativa de alojamento – obrigaram à recuperação interna de habitações com maior ou menor grau de profundidade.

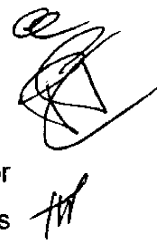
Assim sendo, foram recuperadas 35 habitações (valor de reabilitação inferior a 3.500€) pelo valor de 98.387,33€, cujo valor médio de intervenção foi de 2.811,06€ e 48 habitações foram recuperadas (valor de reabilitação superior a 3.500€), pelo valor de 249.033€, cujo valor médio de intervenção é de 5.208€.

1.4- Implementação, Monitorização e Controlo do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA)

No ano de 2015 com o objetivo de informar todos os munícipes interessados em instruir candidatura ao PMAA, realizaram-se 98 sessões de esclarecimento acerca do programa, tendo participado 435 munícipes.

No âmbito do PMAA, ao longo do ano de 2015, foram apoiadas 787 famílias com uma comparticipação média de 109,20€.

Os técnicos definiram 91 planos de acompanhamento social, com as famílias integradas no programa. Estas famílias foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: agregados familiares em situação de insuficiência económica face às despesas, desemprego, indivíduos com competências facilitadoras de integração no mercado de trabalho, etc.



Paralelamente, foram levadas a cabo 15 ações de (in) formação, as quais tiveram por base dotar os munícipes de competências pessoais, sociais e técnicas que lhes permitissem criar condições para uma gestão equilibrada do seu orçamento familiar.

Nestas ações participaram 92 munícipes, nas quais foram abordadas temáticas relacionadas com a gestão de conflitos, parentalidade, gestão do orçamento familiar, tais como poupança de água, luz, atividades domésticas e de higiene habitacional, reutilização de materiais (vestuário, decoração e cuidados pessoais), aquisição de alimentos, confeção de refeições económicas. Na confeção de refeições foi possível não só fornecer um conjunto de receitas económicas, bem como possibilitar a concretização das mesmas.

1.5- Consolidação do Programa Matosinhos Solidário

No decorrer do ano de 2015 foram respondidos 239 pedidos de munícipes seniores que solicitaram a intervenção da MatosinhosHabit. Estes pedidos de intervenção ocorreram na área da carpintaria, eletricidade, pichelaria, serralharia, alvenaria e outros, tendo atingido um custo total de 13.709,96€, num valor médio de intervenção de 65,59€.

Neste programa os técnicos colaboraram também no transporte de e para consultas médicas.

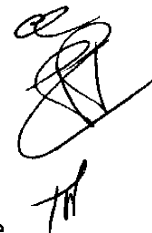
1.6- Criação de Residência Apoiada

No ano 2015 a Câmara Municipal de Matosinhos em parceria com a MatosinhosHabit apresentou uma candidatura a fundos comunitários, para construção deste equipamento.

1.7- Habitação Partilhada

No ano 2015 foi criada uma nova e inovadora resposta habitacional dirigida a indivíduos do sexo masculino, com pedido de habitação.

Esta resposta habitacional foi criada no Conjunto Habitacional do Bairro dos Pescadores, numa habitação unifamiliar, a qual foi alvo de reabilitação integral e totalmente equipada, nomeadamente com eletrodomésticos, mobiliário.



Nesta habitação partilhada **A Nossa Casa** foram alojados três munícipes que vivenciavam situação de precaridade socio habitacional.

As regras para utilização desta resposta foram definidas em articulação com os próprios munícipes e a taxa de utilização foi calculada com base nos rendimentos de cada indivíduo, estando incluído o uso da habitação, água e eletricidade.

No sentido de avaliar e monitorizar esta resposta foram realizadas reuniões semanais com os munícipes e os serviços da MatosinhosHabit.

II- GOP - DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS

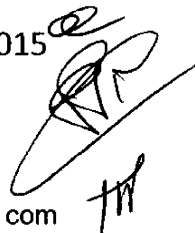
Reabilitação de Conjuntos Habitacionais Municipais – PROHABITA

Relativamente às Empreitadas realizadas ao abrigo do Programa PROHABITA, foram, no ano de 2015, geridas as libertações de garantias ao abrigo do Decreto-lei 190/2012 de 22 de Agosto, realizadas vistorias com vista à Receção Definitiva conforme o estabelecido pelo Código da Contratação Pública (DI 18/2008 de 29 de Janeiro)

Libertação de garantias

Foram realizadas vistorias, ao abrigo do Decreto-lei 190/2012 de 22 de Agosto, com vista à libertação excecional de cauções prestadas como garantias de boa execução de contratos, das seguintes empreitadas de obras públicas:

- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Lagoa, na Senhora da Hora;
- Reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e II – Bloco E, em Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de Lavra – Edifícios e Arranjos Exteriores, em Lavra;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Estação, em S. Mamede de Infesta.



Receção definitiva de empreitadas

Foram realizadas vistorias, ao abrigo do Decreto-lei 18/2008 de 22 de Agosto, com vista à receção definitiva e libertação do total das cauções prestadas como garantias de boa execução de contratos, das seguintes empreitadas de obras públicas:

- Reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e II – Bloco E, em Perafita;
- Reabilitação dos Conjuntos Habitacionais da Guarda I e II – Bloco F, em Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de Lavra – Edifícios e Arranjos Exteriores, em Lavra, a aguardar reparações;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Estação, em S. Mamede de Infesta, a aguardar reparações;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Caixa Têxtil – 11 fogos, em S. Mamede de Infesta;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional de Teixeira Lopes, a aguardar reparações, em Custóias.

Projetos, Assistência Técnica em Obra e Fiscalização

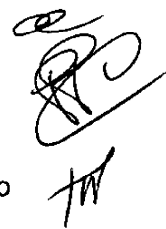
Foram no ano 2015 desenvolvidos projetos de reabilitação, parcial ou total, de Conjuntos Habitacionais Municipais, com o objetivo de serem desenvolvidos os seus procedimentos de concurso pelos Serviços da Câmara Municipal de Matosinhos.

Neste contexto foi prestada a necessária Assistência Técnica aos Projetos em Obra e realizado o estreito acompanhamento da Fiscalização Municipal das empreitadas em habitação municipal.

Projetos

Assim, foram executados os seguintes projetos de reabilitação parcial ou total em edifícios de habitação municipal:

- Reabilitação do Conjunto Habitacional das Farrapas – Lote I – Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Biquinha 2ª Fase – Matosinhos;
- Reabilitação das Coberturas do Conjunto Habitacional de Angeiras – Lavra;
- Reabilitação da Envolvente Exterior e interior de fogos no Edifício com os nºs 253, 269, 283 e 297 – Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (Antigo) – Matosinhos.



Em 2015 foi iniciado o projeto de Reabilitação para os 5 (cinco) edifícios do Conjunto Habitacional de Custóias Ex-IGPHE em Custóias e para dois edifícios do Conjunto Habitacional do Bairro dos Pescadores.

Assistência Técnica em Obra ao Projeto e Apoio à Fiscalização Municipal

Foi realizado o acompanhamento das seguintes empreitadas:

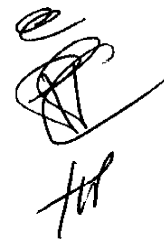
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda I – Bloco C, em Perafita;
- Reabilitação do Conjunto Habitacional da Guarda I e II – Bloco D
- Reabilitação do Conjunto Habitacional do Esquinheiro
- Reabilitação do Conjunto habitacional de Sendim
- Reabilitação da Envolvente Exterior e Interior de Fogos no Edifício com os nºs 192, 178, 150 e 134 – Conjunto Habitacional da Biquinha FFH (Antigo) – Matosinhos;
- Reabilitação de Coberturas dos Edifícios Unifamiliares – Conjunto Habitacional da Guarda Ex-IGAPHE (Antigo) – Perafita

III – GRU – DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

Áreas de Reabilitação Urbana – ARUs

No quadro do Regime Jurídico da Renovação Urbana - Lei 32/2012 - especificamente no que concerne à criação das Áreas de Reabilitação Urbana, no ano de 2015, dando cumprimento ao Plano de Atividades, concluiu-se o levantamento no terreno do património edificado que havia sido iniciado no ano transato e elaborou-se os documentos necessários à Delimitação da ARU de Matosinhos e à Delimitação da ARU de Leça da Palmeira - Memória Descritiva e Justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir; Planta com a Delimitação; e Quadro dos Benefícios Fiscais associados aos impostos municipais.

Estes documentos foram remetidos à Câmara Municipal, cuja Assembleia veio a deliberar em 6 de julho de 2015 pela criação das referidas ARUs. Foi igualmente prestada toda a informação de apoio respeitante aos procedimentos administrativos a observar, designadamente no que respeitou à publicitação das mesmas em Diário da República.



Numa fase subsequente foi realizado o levantamento do espaço público incluído nas citadas ARUs - registo cadastral e fotográfico - para servir de suporte à preparação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU), contratualizados externamente pela CMM, mas que contou com a nossa colaboração desde o início, incluindo as reuniões de trabalho e de apresentação de resultados promovidas pela entidade encarregue de elaborar os PERUs.

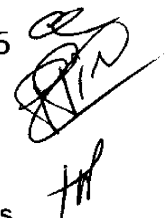
Foi igualmente executado todo o trabalho prévio de preparação das plantas topográficas, de carregamento e de revisão da base de dados da informação recolhida. Ainda nesta matéria, de referir a organização/compilação de toda a documentação/ estudos disponíveis para a elaboração dos referidos PERUs.

Numa lógica de continuidade e atentos a outras áreas no território de Matosinhos que pudessem vir a ser também elas merecedoras de particular atenção e intervenção coordenada e integrada por parte do município, deu-se início a um conjunto de iniciativas tendo por base o território denominado “Matosinhos Sul”, a fim de se analisar a eventual criação de uma nova ARU, a saber: levantamento pormenorizado e sistemático de informação no terreno acerca do edificado e recolha de elementos junto dos serviços da autarquia para a elaboração da Memória Descritiva da ARU Matosinhos Sul, da autoria da MatosinhosHabit, cuja criação veio a ser aprovada pela Assembleia Municipal em 14 de dezembro de 2015.

Ainda se iniciou o levantamento do espaço público da ARU de Matosinhos Sul, com vista à realização do respetivo PERU.

De salientar que, quer para os levantamentos de terreno, quer para a elaboração das propostas de Delimitação das ARUs de Matosinhos, de Leça da Palmeira e de Matosinhos Sul, o GRU contou com uma estreita e sólida participação do GOP.

Ainda no enquadramento das ARUs, de destacar que ao longo de 2015 cooperamos ativamente com a CMM e com a Quaternaire Portugal no desenho do modelo de gestão e de operacionalização das ORUs (em termos institucionais, jurídicos e organizacionais), definindo missão, objetivos, competências e tarefas, e na construção da política municipal de estímulo à Reabilitação Urbana.



Ainda na área da reabilitação urbana, tal como constava no Plano de Atividades, desenvolvemos um estudo com vista à Reabilitação/requalificação dos edifícios que integram o conjunto conhecido como “Os Moinhos da Ponte do Carro”, que poderão ter como objetivo o apoio às atividades relacionadas com as ações de desenvolvimento do ecoturismo, tirando partido dos percursos pedonais e ciclovias já existentes ou criar, assim como da preservação e valorização patrimonial e histórica do concelho. Este estudo foi remetido à câmara para integrar o projeto da autarquia de reabilitação das margens do rio Leça.

Programas de Apoio à Reabilitação Urbana

Em 2015, no que diz respeito aos Programas de Apoio à Reabilitação Urbana e de forma a incentivar e a mobilizar a iniciativa privada, deu-se continuidade à divulgação que já vinha sendo feita, do Decreto-Lei n.º 53/2014 - regime excecional e temporário (em vigor até 2020), aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em ARUs, sempre que se destinem total ou predominantemente ao uso habitacional – e demais informação relevante, junto de municípios que, cada vez com maior regularidade, procuram apoio/informação junto do Município/MatosinhosHabit para a reabilitação de imóveis degradados, com o destino do uso próprio ou para o mercado de arrendamento.

Ainda nesta matéria, continuou-se a alimentar a Base de Dados existente, para futura disseminação de novos Programas/Medidas/Incentivos, da iniciativa do Estado e/ou do Município que entretanto venham a surgir, quer no quadro das Medidas Nacionais de Dinamização da Reabilitação Urbana e Eficiência Energética (especificamente no Quadro do Portugal 2020) - e aqui estivemos particularmente atentos ao anunciado fundo dedicado ao financiamento de obras de reabilitação e de revitalização urbana, à “Estratégia Nacional para a Habitação”, documento nacional de especial importância para o setor da habitação e da reabilitação urbana, e à divulgação pública do Programa “*Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível*” que tem como principal objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, predominantemente destinados a fins habitacionais, em regime de renda condicionada – quer no âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana aprovadas e/ou previstas para o Concelho.



Nesta matéria e na medida em que foram aprovadas no ano em referência, a 6 de julho, as Delimitações da ARU de Matosinhos e da ARU de Leça da Palmeira e, a 14 de dezembro, da ARU Matosinhos Sul, que por sua vez obrigaram à aprovação de Benefícios Fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (designadamente em sede de IMI e de IMT), conferindo aos proprietários o direito de acesso a esses mesmos benefícios, foi feita ampla divulgação dessa informação, designadamente nos sites da Câmara Municipal de Matosinhos, da MatosinhosHabit e do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, de forma a incentivar potenciais destinatários.

Nessa sequência, realizamos ainda durante o ano de 2015 duas Vistorias para Determinar o Nível de Conservação de imóveis, com o objetivo da obtenção de Benefícios Fiscais (designadamente isenção do IMI) em matéria de Reabilitação Urbana, em ARUs ou fora do perímetro destas (art.º 45 e art.º 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais).

Vistorias de Salubridade, Segurança e Arranjo Estético e Pré-Vistorias – Mediação Técnica

No período em referência, ao abrigo da legislação em vigor e no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal na MatosinhosHabit, realizaram-se 17 Vistorias de Salubridade, Segurança e Arranjo Estético (VSSAE) a requerimento de munícipes e 5 a título oficioso, num total de 22 Vistorias.

Todas estas vistorias implicaram diligências várias (desde logo ao nível da verificação do cumprimento de todos os requisitos - preenchimento dos requerimentos de vistoria em formulário próprio - e da eventual relação com outros processos) e procedimentos administrativos e técnicos legais, alguns ainda em curso, de apoio a inquilinos, senhorios, advogados, Associação de Inquilinos e Condóminos do Norte de Portugal entre outros, na prestação de informações e esclarecimentos, na execução das vistorias propriamente ditas e no encaminhamento dado a cada situação particular.

Foi igualmente recolhida informação relativa ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas para o Município de Matosinhos/2015, com a consequente atualização da Taxa de VSSAE.



Em sede de Vistorias de Salubridade, Segurança e Arranjo Estético, foram ainda revistos procedimentos internos e documentos de registo, com vista à melhoria da qualidade do serviço prestado (formulário de Requerimento, Auto, Homologação do Auto e Notificações aos interessados, dada a entrada em vigor da 13ª alteração ao Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro que rege este procedimento legal).

Para além das VSSAE, foi ainda realizado a montante deste trabalho um vasto número de atendimentos a munícipes que solicitaram apoio para a resolução da falta de condições de salubridade e/ou de segurança nas habitações de que são inquilinos – as chamadas “Pré-Vistorias”. Estes atendimentos (que incluem o preenchimento de formulário próprio) deram lugar à realização de 180 Visitas Técnicas e à elaboração dos respetivos Relatórios, para aferir da necessidade/disponibilidade de realização de obras por parte dos senhorios, com vista à reposição das condições mínimas de habitabilidade. De referir que nestas visitas técnicas estão incluídas as situações que nos foram remetidas pela Câmara Municipal e pela Proteção Civil.

Estes atendimentos, em sede de Mediação Técnica, foram coadjuvados pelo estabelecimento e manutenção de uma série de contactos/reuniões regulares com senhorios, advogados e inquilinos, bem como pela realização de diligências várias com outros serviços e/ou profissionais, internos e externos à MatosinhosHabit, tendo por fim último a reposição das condições de habitabilidade nos fogos arrendados por aqueles munícipes. No âmbito deste trabalho foram realizadas várias visitas técnicas para comprovar *in loco* a realização das obras acordadas executar em sede de mediação, assim como o arquivamento de 78 processos, dado terem sido atingidos os objetivos que estiveram na sua génese, isto é, a reposição das condições de habitabilidade e salubridade até então em falta.

Eficiência Energética

No campo da Eficiência Energética, em 2015 foram elaboradas 2 candidaturas que têm como objetivo principal criar medidas de Racionalização de Consumos de Energia Elétrica, a saber:

- Galp Pro Energy – Programa de Eficiência Energética para PME;
- Projeto QREN – Menos Energia Mais Eficiência.

Prevê-se que estas ações possam ser desenvolvidas em 2016.



IV – GESTÃO DE QUALIDADE

Durante o ano de 2015 a MatosinhosHabit procedeu à renovação da certificação pela norma 9001:2008, iniciando assim o seu terceiro ciclo de certificação. Todos os instrumentos de medição demonstram já a maturidade do processo. Ao longo do ano a estratégia seguida para controlo da ação da empresa demonstrou a continuidade da melhoria evidenciada no reduzido número de situações não conformes e reclamações.

O Departamento da Qualidade procedeu ao acompanhamento em auditoria contínua da implementação do projeto da ferramenta informática de registo das pré vistorias e vistorias levadas a efeito pelo Gabinete de Reabilitação Urbana, de forma a resolver todas as dificuldades inerentes à fase de implementação dos mesmos, promovendo ainda uma série de novas funcionalidades que permitiram uma gestão mais eficaz destes processos.

Foi ainda iniciado o processo de criação de Business Intelligence para melhor monitorização dos processos relacionados com os agregados dos Conjuntos Habitacionais e Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento.

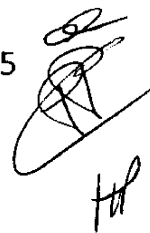
Os vários processos da empresa, foram acompanhados através de pequenas auditorias aos vários gabinetes realizados ao longo do ano.

Também a satisfação do munícipe foi uma das principais ações do departamento. No ano de 2015 foi realizado um processo de auscultação do munícipe, por uma empresa externa, no qual foram realizadas 887 entrevistas, divididas pelos vários subtipos de munícipes:

Arrendatários (residentes em habitação social) – 352

Beneficiários do PMAA – 286

Pedidos de Habitação – 249



Desta avaliação resultaram as seguintes constatações:

- O Índice de Satisfação Ponderado, obtido através dos procedimentos estatísticos descritos, atinge um valor, para amostra global, de 3,91 (numa escala de 0 a 5).
- A Confiança, a Responsabilidade Social e a Empatia são os fatores que mais contribuem para a explicação do Índice de Satisfação Ponderado.
- A Garantia, Capacidade de Resposta e Aspetos tangíveis não se revelaram fatores significativos para essa explicação.
- A dimensão Aspetos Tangíveis, seguida pela Responsabilidade Social, são as melhores avaliadas. Em todas as áreas avaliadas, o subtipo de clientes 2–Beneficiários do PMAA, apresenta consistentemente avaliações superiores às dos restantes.

A auditoria de renovação da certificação de qualidade efetuada pela empresa certificadora SGS classificou a MatosinhosHabit como uma empresa robusta e adaptada às novas realidades do mercado.

V – APRECIACÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE SUA APLICAÇÃO

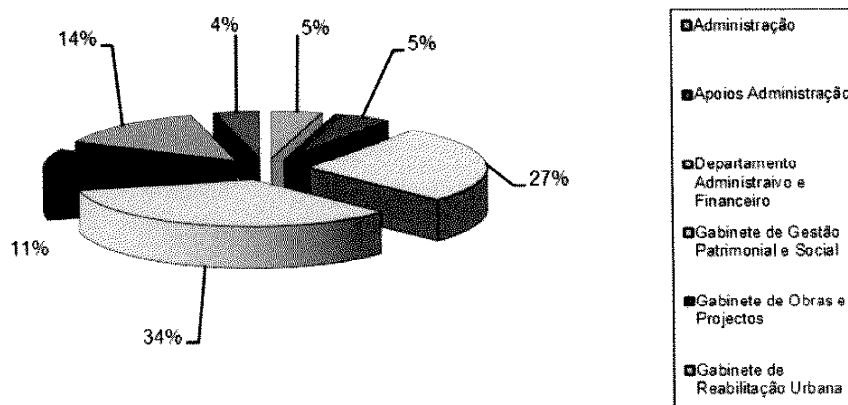
A conta de “Ativos Fixos Tangíveis”, conforme nota 7 do anexo ao Balanço, apresenta um acréscimo de 58 mil euros, resultante da aquisição de equipamentos administrativos e de uma viatura e uma diminuição na ordem dos 92 mil euros devido alienação de cinco viaturas. No entanto em termos líquidos e devido às amortizações já efetuadas esta conta apresenta um acréscimo líquido apenas de 2.700 euros.

A conta de Clientes, como se pode verificar na nota 10.1 do anexo ao Balanço, apresenta um acréscimo na ordem dos 9,8%, mas já inferior ao registado no ano anterior que representava um aumento na ordem dos 14,6%, fruto do esforço efetuado na recuperação dos débitos não obstante a manutenção das dificuldades dos nossos arrendatários na regularização atempada das rendas.

A conta de Fornecedores apresenta um acréscimo resultante da faturação elevada no mês de Dezembro e não porque se verifiquem atrasos nos pagamentos, conforme se pode constatar pelo saldo da conta de Depósitos à Ordem a 31 de Dez. de 2015.

O valor dos Gastos com Pessoal (Remunerações e Encargos Obrigatórios) ascende ao valor de € 1.282.818,27, que reflete os pagamentos das remunerações de acordo com as normas legais em vigor. Apresenta-se a sua repartição por sectores de atividade.

Estrutura dos Encargos com Pessoal

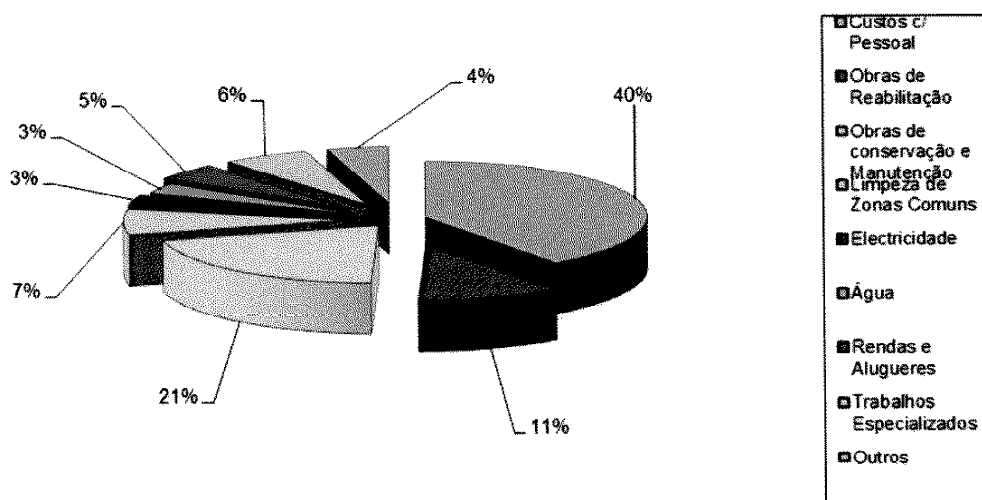


A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos ascende a um milhão novecentos e vinte e oito mil euros, dos quais 1 milhão e 209 mil de euros respeitam a intervenções efetuadas nos Conjuntos Habitacionais.

Destas intervenções, cerca de 340 mil euros foram realizados em reabilitações e reparações efetuadas em fogos devolutos e coberturas /telhados dos conjuntos habitacionais, e 630 mil euros em obras e prestações de serviço de manutenção e conservação corrente nos fogos e espaços comuns, e os restantes na preservação dos equipamentos instalados (elevadores, painéis solares), contratos de manutenção para os espaços comuns de modo a garantir qualidade e higiene habitacional.

Apresenta-se de seguida a estrutura de custos inerentes à atividade da empresa.

Estrutura de Custos



Nos Proveitos do exercício na conta " Prestações de Serviços – Rendas MH" verifica-se um ligeiro decréscimo das rendas faturadas na ordem dos 0,8%, resultante de atualizações de renda.

Importa referir que em Abril de 2015 iniciamos o processo de atualização de rendas, por força da entrada em vigor da Lei nº81/2014, de 19 de Dezembro, cuja conclusão se prevê finalizar em 2016, e que terá necessariamente impacto na faturação das mesmas, que poderá traduzir em oscilações não satisfatórias.

A rubrica de Prestações de Serviços inclui ainda o montante de 340 mil euros respeitantes aos contratos de Prestação de Serviços celebrados entre o Município de Matosinhos e a MatosinhosHabit relativos a adjudicações em obras de reabilitação nos conjuntos habitacionais, e que tem a sua contrapartida na conta de custos “Fornecimentos e Serviços Externos – Subcontratos CMM”.

A conta de “Subsídios á Exploração “ respeita ao valor do Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal e a MatosinhosHabit, de acordo com o preceituado na Lei nº 50/ 2012, de 31 de Agosto.

Importa ainda referir que através da publicação do INE da lista retificada das entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas a MatosinhosHabit faz parte das empresas reclassificadas nos subsectores regionais e locais, como tal fica abrangida pela Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), conforme o nº 2 do artigo 2º da referida lei, bem como todos os normativos publicados sobre a matéria em questão, como é o caso da Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA.

Assim, todas as aquisições foram objeto de compromisso, sendo que estes foram atribuídos de acordo com os Fundos Disponíveis existentes.

Apresenta-se nos anexos mapa discriminativo dos compromissos plurianuais assumidos em 2015, bem como as declarações exigidas no artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro.

A execução do orçamento em 2015 ascendeu a 3.516.671,29€ não ultrapassando o valor do orçamento inicial previsto no montante de 3.606.000,00€.

De acordo com as peças contabilísticas apresentadas a MatosinhosHabit não está sujeita aos critérios vertidos no artigo 62º nº 1 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, ficando assim salvaguardada a sua continuidade.

O exercício de 2015 apresenta um resultado positivo contabilístico de 25.882,57€ propondo-se que seja levado a Resultados Transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2015

MatosinhosHabit

Notas às Demonstrações Financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015, referentes ao Anexo n.º 6 do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: MatosinhosHabit Entidade Empresarial Municipal
Sede: Rua Alfredo Cunha 99-1º Código Postal 4450-023 Matosinhos

2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

3 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (NCRF).

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis que se encontram reconhecidos compreendem essencialmente programas de computador.

Estes ativos, de vida útil finita, são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, durante um período de 3 anos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	5-8

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem

limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

iv) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

v) Regime de acréscimo

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o regime de acréscimo pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimo e diferimentos.

vi) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

vii) Imposto sobre o rendimento do período

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, a uma taxa de 21% da matéria coletável acrescida de 1,50% a título de Derrama. Adicionalmente, nas situações previstas



no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.



Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

viii) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, quando aplicável, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

ix) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A

Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Para além desta demonstração de fluxos de caixa está incluído nas demonstrações financeiras um fluxo de caixa elaborado pela ótica orçamental.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 — FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompunha-se da seguinte forma:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		Saldo 31-12-2015
Caixa	Numerário	5.583,15
	...	
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	313.520,01

	Outros depósitos bancários	
	...	
Totais		319.103,16

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		Saldo 31-12-2014
Caixa	Numerário	2.437,63
	...	
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	123.555,06
	Outros depósitos bancários	
	...	
Totais		125.992,69

5 — PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida a 100% pelo Município de Matosinhos, tendo celebrado neste exercício contratos-programa para financiamento da atividade no montante de 345.000,00 euros (Transferências correntes).

6 — ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

	Anos
Programas de computador	3

- b) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2015 e em 2014 são os que se segue:

ATIVO BRUTO	Saldo Inicial 01/01/2015	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2015
44 – ATIVOS INTANGÍVEIS					

Programas de computador	9.163,50	645,75			9.809,25
Outros ativos intangíveis	0,00				0,00
Total	9.163,50	645,75			9.809,25

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2015	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2015
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador	2.456,34	3.699,95		6.156,29
Outros ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	2.456,34	3.699,95		6.156,29

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2014	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2014
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	0,00	9.163,50			9.163,50
Outros ativos intangíveis	17.657,45			-17.657,45	0,00
Total	17.657,45	0,00	0,00	-17.657,45	9.163,50

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2014	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final 31/12/2014
44 - ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador	0,00	2.456,34		2.456,34
Outros ativos intangíveis	17.657,45		-17.657,45	0,00
Total	17.657,45	0,00	-17.657,45	2.456,34

7 — ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

- c) Os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante o ano 2015 e em 2014 são os que se segue:

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2015	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2015
43 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e Outras Construções	651.893,23				651.893,23
Equipamento Básico	159,00				159,00
Equipamento de Transporte	99.108,70	41.500,00	-91.608,70		49.000,00
Equipamento Administrativo	351.553,42	15.169,54			366.722,96
Ativos biológicos	0,00				0,00
Outras Ativos fixos tangíveis	42.751,76	952,56			43.704,32
Total	1.145.466,11	58.219,42	-91.608,70	0,00	1.111.479,51

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2015	Reforço	Transferências / Abates	Saldo Final 31/12/2015
438 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e Outras Construções	214.135,76	33.560,81		247.696,57
Equipamento Básico	159,00			159,00
Equipamento de Transporte	93.952,45	7.062,50	91.608,70	9.406,25
Equipamento Administrativo	346.226,89	12.835,41		359.062,30
Equipamentos biológicos				
Outras Ativos fixos tangíveis	42.032,05	1454,15		43.486,20
Total	696.506,15	54.912,87	91.608,70	659.810,32

ATIVO BRUTO	Saldo inicial 01/01/2014	Aumentos	Alienações	Transferências/ Abates	Saldo Final 31/12/2014
43 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e Outras Construções	644.341,03	7.552,20			651.893,23
Equipamento Básico	159,00				159,00
Equipamento de Transporte	99.108,70				99.108,70
Equipamento Administrativo	347.825,37	3.728,05			351.553,42
Ativos biológicos					0,00
Outras Ativos fixos tangíveis	42.089,86	661,90			42.751,76
Total	1.133.523,96	11.942,15	0,00	0,00	1.145.466,11



DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo inicial 01/01/2014	Reforço	Transferências / Abates	Saldo Final 31/12/2014
438 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e Outras Construções	178.368,33	35.767,43		214.135,76
Equipamento Básico	159,00			159,00
Equipamento de Transporte	92.077,45	1.875,00		93.952,45
Equipamento Administrativo	332.998,15	13.228,74		346.226,89
Equipamentos biológicos				
Outras Ativos fixos tangíveis	39.801,28	2.230,77		42.032,05
Total	643.404,21	53.101,94	0,00	696.506,15



8 — LOCAÇÕES

8.1 Locações financeiras - Locatários:

- a) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

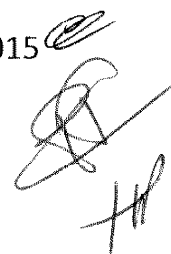
	Valor Presente
	31-Dez-15
Não mais de 1 ano	76.665,56
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	112.343,66
Mais do que 5 anos	0,00
	189.009,22

- b) Descrição dos acordos de locação financeira em vigor em 31 de dezembro de 2015:

Nº contrato	Locadora	Data início	Data fim	Bem locado	Valor do contrato
1561345400	BPI	14/07/2015	25/08/2020	Viatura Volvo S 40 Diesel	41.500
196501	Santander	01/05/2011	01/05/2016	Telhado Amovível	233.700
202132	Santander	15/06/2013	15/06/2018	Telhado amovível	246.000

9 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada de relevante a assinalar



10 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas.

Durante o exercício findo em 31-12-2015, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Imparidade de clientes	429.556,17	219.470,19	0	649.026,36
Imparidade de dívidas a receber	83.648,09		335,45	83.312,64
TOTAL	513.204,26	219.470,19	335,45	732.339,00

As imparidades decorrem da significativa dificuldade financeira, incumprimento no pagamento ou probabilidade do devedor entrar em insolvência.

O valor das dívidas de clientes e Outras contas a receber decompõe-se como segue:

	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Clientes	1.245.437,51	649.026,36	596.411,15
Outras contas a receber	163.422,20	83.312,64	80.109,56

10.2 Montante de capital social

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital social da MatosinhosHabit era 100% detido pela Câmara Municipal de Matosinhos

11— OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

(EUR)		
Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Pagamento Especial por Conta	-	11.097,65
	-	11.097,65
Passivo		
Estimativa de imposto+ tributação autónoma + derrama	28.494,70	10.809,72
Retenção na fonte IRC	(623,64)	(623,64)
Pagamento por conta	(5.538,94)	(9.394,06)
Pagamento Especial por Conta	(15.759,43)	-
Retenção irs+predias+sobretaxa	16.824,88	17.361,88
IVA	0	25.426,99
Contribuições para a Segurança Social	25.253,17	25.734,38
	48.650,74	69.315,27

Na Empresa, a 31 de dezembro de 2015 não existiam dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

11.2 Garantias

Em 31 de Dezembro de 2015 a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, de acordo com a informação que se segue:

Banco	Beneficiário	Descrição	Valor
CGD	DGCI	IRC 2003	181.059,48
CGD	DGCI	IRC 2004	159.942,44
CGD	DGCI	IRC 2005	233.146,30

É convicção do Conselho de Administração que relativamente ao presente processo não resultarão encargos adicionais para a empresa.

11.3 Serviços prestados



As Prestações de serviços incluem o valor de 2.829.036,73 euros que diz respeito à totalidade de faturação emitida aos nossos arrendatários por rendas emitidas.

Esta rubrica inclui também o valor de 339.027,00 euros, que diz respeito a contratos celebrados entre a MatosinhosHabit e a Câmara Municipal de Matosinhos.

11.4 Subsídios à exploração

No âmbito de vários Contratos Programa efetuados com a Câmara Municipal de Matosinhos contabilizamos 345.000,00 como proveito em 2015 bem como 14.277,65 do IEPF

11.5 Fornecimentos e serviços externos

Quadro comparativo dos gastos com FSE

(EUR)

	2015	2014
Subcontratos	1.209.691,13	1.735.845,50
Trabalhos especializados	238.577,68	203.480,79
Publicidade	1.476,00	4.775,50
Vigilância e segurança	20.841,61	23.500,74
Honorários	0	0
Comissões	0	0
Conservação e reparação	21.802,02	23.769,09
Materiais	13.336,52	8.178,51
Energia e fluidos	201.349,54	218.673,48
Deslocações e estadas	4.839,80	3.338,56
Rendas e alugueres	155.323,05	128.546,30
Comunicação	32.567,65	39.967,97
Seguros	4.127,32	2.725,06
Contencioso	2.321,40	3.528,44
Limpeza, higiene e conforto	12.507,92	11.764,09
Outros Serviços	9.817,59	72.007,26
Totais	1.928.579,23	2.480.101,29

11.6 Gastos com pessoal

Os Gastos com o Pessoal em 2015 e 2014 podem ser decompostos como segue:

(EUR)

	2015	2014
Remunerações órgãos sociais	45.428,24	44.347,10
Remunerações do pessoal	971.192,69	973.155,21
Encargos sobre remunerações	231.805,91	230.773,15
Seguros de acidente no trabalho	11.430,49	12.451,46

Gastos de ação Social	13.044,24	16.142,43
Outros gastos com pessoal	9.916,70	10.825,05
Totais	1.282.818,27	1.287.694,40

11.7 Outros Rendimentos e ganhos

As principais rubricas destes Rendimentos 41.464,66 euros são referentes alienações de veículos (23.804,30) e à Venda de Energia (7.003,31 euros).

11.8 Outros gastos e perdas

Estas Perdas no valor total de 16.695,91 euros referem-se a Impostos (3.924,57 euros), sessões de Formação (3.975,04 euros), Indemnizações (7.554,90 euros) e diversas rubricas.

12— DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

12.1 Remunerações dos órgãos sociais

Os membros do Conselho de Administração tiveram remunerações no valor total de 45.428,24 euros.

12.2 Identificação dos Órgãos Sociais à data de 31/12/2015

Conselho de Administração

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto
NIF 131156802
Cargo: Presidente

Eng^a Olga Maria Costa Maia
NIF 156038935
Cargo: Vogal

Helena Adelina Simões Nunes Vaz
NIF 179212184
Cargo: Vogal

Fiscal Único

Horwath Associados, SROC Lda.

NIF 506 942 155

Cargo: SROC nº 186

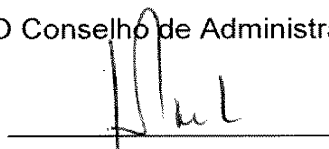
Matosinhos, 16 de março de 2016

O Contabilista Certificado

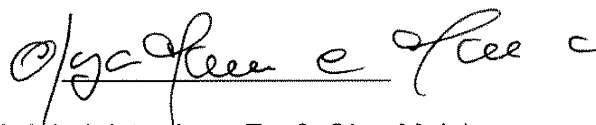


(Dr. Paulo Pinto)

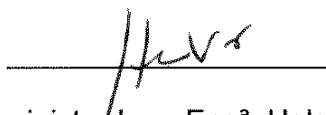
O Conselho de Administração



(O Presidente, Dr. Guilherme Pinto)



(A Administradora, Eng.ª. Olga Maia)



(A Administradora, Eng.ª. Helena Vaz)

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015

MATOSINHOSHABIT-MH, EEM

Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º

Matosinhos

4450-023 MATOSINHOS

Nr. Contrib.: 504597221

BALANÇO SNC

em 31 Dezembro de 2015

U.M. EUR

Rubricas	Notas	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	451 669.19	448 959.96
Ativos intangíveis	6	3 652.96	6 707.16
Outros ativos financeiros		223.79	125.47
		455 545.94	455 792.59
Ativo corrente			
Clientes	10.1	596 411.15	701 351.27
Estado e outros entes públicos	11.1	0.00	11 097.65
Outras contas a receber	10.1	80 109.56	94 561.98
Diferimentos		16 044.66	14 821.69
Caixa e depósitos bancários	4	319 103.16	125 992.69
		1 011 668.53	947 825.28
Total do Ativo		1 467 214.47	1 403 617.87
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	10.2	264 362.89	264 362.89
Reservas legais		81 658.22	81 658.22
Outras reservas		46 834.43	46 834.43
Resultados transitados		236 814.01	200 206.03
Resultados líquido do período		25 882.57	31 391.46
Total do capital próprio		655 552.12	624 453.03
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	112 343.66	150 491.60
		112 343.66	150 491.60
Passivo corrente			
Fornecedores		331 245.80	220 646.88
Estado e outros entes públicos	11.1	48 650.74	69 315.27
Financiamentos obtidos	8	76 665.56	109 540.97
Outras contas a pagar		212 308.55	229 170.12
Diferimentos		30 448.04	0.00
		699 318.69	628 673.24
Total do passivo		811 662.35	779 164.84
Total do capital próprio e passivo		1 467 214.47	1 403 617.87

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Dr. Paulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(O Presidente, Dr. Guilherme Pinto)

(A Administradora, Eng. Olga Maia)

(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2016

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015

MATOSINHOSHABIT-MH, EEM

Rua Alfredo Cunha, 99 - 1º

Matosinhos

4450-023 MATOSINHOS

Nr. Contrib.: 504597221

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SNC

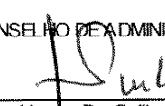
U.M. EUR

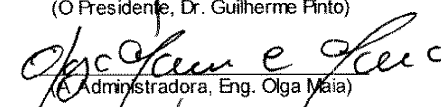
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	11.3	3 170 306.25	3 601 090.34
Subsídios à exploração	11.4	359 277.65	365 861.56
Fornecimentos e serviços externos	11.5	-1 928 579.23	-2 480 101.29
Gastos com o pessoal	11.6	-1 282 818.27	-1 287 694.40
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.1	-219 134.74	-86 611.45
Outros rendimentos e ganhos	11.7	41 464.66	17 084.89
Outros gastos e perdas	11.8	-16 695.91	-14 886.71
Resultado antes de depreciações, financiamento ...		123 820.41	114 742.94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-58 612.82	-55 558.28
Resultado operacional (antes de gastos fin. imp.)		65 207.59	59 184.66
Juros e gastos similares suportados		-10 830.32	-16 983.48
Resultados antes de impostos		54 377.27	42 201.18
Imposto sobre o rendimento do período		-28 494.70	-10 809.72
Resultado líquido do período		25 882.57	31 391.46

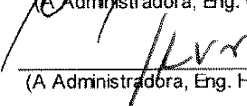
O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Dr. Paulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(O Presidente, Dr. Guilherme Pinto)


(A Administradora, Eng. Olga Maia)


(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2016

MATOSINHOS HABIT - MH, EEM
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

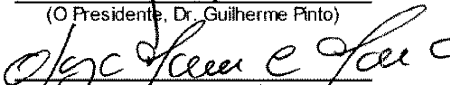
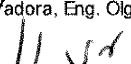
RUBRICA	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		3 086 984.20	3 516 743.23
Pagamentos a fornecedores		(1 821 073.63)	(2 568 275.43)
Pagamentos ao pessoal		(1 279 475.37)	(1 283 596.04)
Caixa gerada pelas operações		(13 564.80)	(335 130.24)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(11 233.20)	(7 036.05)
Outros recebimentos/pagamentos		358 019.99	411 011.89
Fluxos das atividades operacionais (1)		333 221.99	68 845.60
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16 112.10)	(11 942.15)
Ativos intangíveis		(645.75)	(9 163.50)
		(16 757.85)	(21 105.65)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(16 757.85)	(21 105.65)
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Amortizações cont. locação financeira		(112 523.35)	(98 085.67)
Juros e gastos similares		(10 830.32)	(16 983.48)
		(123 353.67)	(115 069.15)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(123 353.67)	(115 069.15)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		193 110.47	(67 329.20)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	125 992.69	193 321.89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	319 103.16	125 992.69

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Dr. Paulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(O Presidente, Dr. Guilherme Pinto)

(A Administradora, Eng. Olga Maia)

(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2016

MATOSINHOS NABIT - N.H. E.M.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2016

UN. ELP.											
Capital próprio atribuído aos detentores de capital da empresa											
Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de cap. próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajust. em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no cap. próprio	Total
1	264 362,89	-	-	-	70 173,25	46 834,43	188 872,83	-	-	-	601 343,99
Alterações no período											
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de referência contabilístico	-	-	-	-	11 478,97	-	45 915,51	-	-	-	(57 384,89)
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DI de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização de act. fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de act. fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(8 282,41)	-	-	-	(8 282,41)
Total das alterações no período	-	-	-	-	11 478,97	-	37 633,60	-	-	-	(8 282,41)
3											
Resultado líquido do período											31 391,46
Resultado integral											25 109,05
4a-2a-3											
Operações com detentores de capital no período											
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6											
Posição em 31.12.2014	264 362,89	-	-	-	81 652,22	46 834,43	200 206,03	-	-	-	624 463,93
UN. ELP.											
Capital próprio atribuído aos detentores de capital da empresa											
Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de cap. próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajust. em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no cap. próprio	Total
1	264 362,89	-	-	-	81 652,22	46 834,43	200 206,03	-	-	-	624 463,93
Alterações no período											
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de referência contabilístico	-	-	-	-	-	-	31 391,46	-	-	-	(31 391,46)
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DI de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização de act. fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de act. fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	5 216,52	-	-	-	5 216,52
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	34 807,98	-	-	-	34 807,98
Total das alterações no período	-	-	-	-	-	-	71 415,92	-	-	-	71 415,92
3											
Resultado líquido do período											25 882,57
Resultado integral											25 882,57
4a-2a-3											
Operações com detentores de capital no período											
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total operações com detentores de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6											
Posição em 31.12.2016	264 362,89	-	-	-	81 652,22	46 834,43	256 814,01	-	-	-	946 652,12

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE: MatosinhosHabit – MH, Entidade Empresarial Municipal de Habitação de Matosinhos

ANO: 2015

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		125 992.69	Despesas Orçamentais		3 260 900.35
Execução Orçamental	74 010.89		Correntes	3 158 757.30	
Operações de Tesouraria ..	51 981.80		Capital	102 143.05	
Receitas Orçamentais		3 480 011.27	Operações de Tesouraria		402 379.27
Correntes	3 480 011.27		Saldo para a Gerência Seguinte		319 103.16
Capital	0.00		Execução Orçamental	293 121.81	
Outras			Operações de Tesouraria	25 981.35	
Operações de Tesouraria		376 378.82			
Total		3 982 382.78	Total		3 982 382.78

O Contabilista Certificado

(Dr. Raulo Pinto)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(O Presidente, Dr. Guilherme Pinto)

(A Administradora, Eng. Olga Maia)

(A Administradora, Eng. Helena Vaz)

Matosinhos, 16 de março de 2016



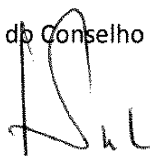

DECLARAÇÕES AO ABRIGO DO ARTº 15º DA LEI 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO



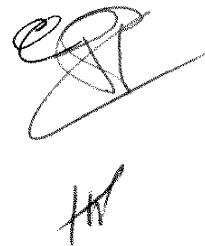
DECLARAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2015 se encontram devidamente registados na base de dados.

O Presidente do Conselho de Administração,



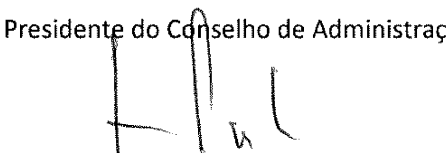
(Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto)



DECLARAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da MatosinhosHabit, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º1 do art.º 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, elenca de forma analítica, todos os recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2015 conforme mapa anexo. Mais informa que a essa data não existem quaisquer pagamentos em atraso.

O Presidente do Conselho de Administração,

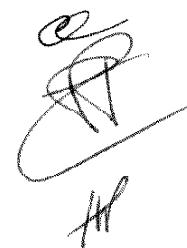


(Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto)



Compromissos Plurianuais Assumidos em 2015

Descrição	Fornecedor	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Contrato para a Certificação do Sistema de Qualidade	SGS	1 549,80	1 162,35	1 162,35			
Contrato de Limpezas dos espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais - Lote I	INGO	29 853,42	59 706,84	59 706,84	29 853,42		
Contrato de Limpezas dos espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais - Lote II	INGO	21 073,20	42 146,40	42 146,40	21 073,20		
Contrato de Limpezas dos espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais - Lote III	INGO	19 071,78	38 143,56	38 143,56	19 071,78		
Contrato de Manutenção e atualização de Conteúdos do Website Institucional	Visual Mobile, Pocket Vision, Lda	3 444,00	2 460,00				
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	Carlos Azevedo	9 805,00	11 395,00				
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	Copitruque		21 200,00				
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	INGO	18 868,00	12 932,00				
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	Raiz Perfeita	15 900,00	15 900,00				
Contrato de Prestação de Serviços de Empreitada de Execução Continuada	Ricardo Duarte	15 025,50	6 174,50				
Contrato de Aluguer de equipamento informático	Grenke	1 111,47	4 003,52	4 003,52	2 892,07		
Empreitada "Rua de Fuzelhas, 155 – Leça da Palmeira -Conclusão dos Trabalhos de Demolição Parcial de Prédio"	Tecnifeira		11 316,00				
Empreitada "Rua de Fuzelhas, 147 – Leça da Palmeira -Reposição das condições de habitabilidade"	Ricardo Duarte		3 751,50				
Contrato de Leasing para instalação de equipamento de climatização	Santander Totta		8 840,37	9 644,04	9 644,04	9 644,04	803,67
Contrato de Locação Operacional de Viaturas	Lease Plan Portugal,Lda.	7 857,88	2 403,37	2 403,37	2 403,37	2 203,09	



Nº DE AGREGADO	VALOR EM DÉBITO (alínea b) do artigo 15º da lei nº 8/2102, de 12 de Fevereiro)
4	1 327,95
13	1 364,34
15	394,62
17	112,42
20	180,00
21	2 129,08
23	2 030,72
36	147,42
37	5 969,05
38	104,35
39	4 241,80
43	690,48
44	1 911,77
46	5,00
47	310,56
51	289,62
53	1 673,87
54	16,62
65	747,36
68	524,00
71	225,00
88	6 488,17
93	5,01
97	138,67
118	1 625,12
125	4 598,26
127	80,00
128	224,00
136	228,60
142	4 806,80
148	55,94
153	27,28
154	5 100,29
157	31,64
169	109,63
179	261,45
180	902,80
200	20,00
208	52,57
209	91,84
215	420,00
221	189,44
227	17,57
230	298,58
233	10,00
235	635,24

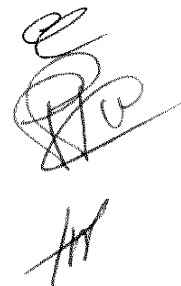




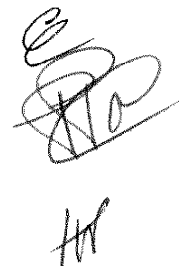
236	1 447,16
237	314,87
238	1 358,44
241	799,66
248	2 340,39
250	1 861,31
251	569,12
252	183,60
258	315,54
259	301,70
261	104,28
262	5 899,82
264	1 335,88
266	182,78
277	143,00
281	201,40
286	554,30
288	2 089,43
299	52,57
301	60,00
304	113,44
306	110,00
307	239,55
308	297,67
309	1 619,41
311	144,18
314	112,52
316	160,47
318	1 693,51
323	291,24
325	679,75
326	266,10
463	5 476,80
467	1 432,25
477	2 351,93
485	15,00
488	2 585,40
492	1 971,68
494	293,13
503	4 178,34
511	1 187,65
517	5,00
520	893,22
526	214,04
527	400,00
528	840,00
533	5 534,51
537	45,00
545	101,15



546	60,00
556	480,62
561	407,11
563	56,48
564	81,69
569	18,36
575	225,00
578	8,21
585	968,71
589	56,91
591	9 924,68
596	5 913,04
598	246,51
602	240,00
612	172,17
621	6 419,09
622	180,00
623	4 159,23
627	150,00
632	35,88
635	36,91
647	35,67
650	1 778,05
656	177,53
658	264,32
663	20,00
667	1 371,20
668	80,73
685	9,71
690	62,75
704	109,88
705	41,68
712	1 758,64
718	15,00
723	70,00
735	714,12
742	27,57
746	22,81
750	72,95
756	66,75
765	829,85
776	240,00
785	93,05
802	92,72
810	48,00
813	529,41
816	194,54
818	130,86
823	28,27

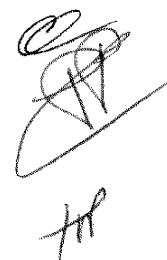


825	5 336,26
835	406,71
836	5,92
838	2 636,23
852	146,80
856	35,00
875	364,10
883	3 353,67
888	2 863,20
893	187,68
911	98,12
912	1 701,86
914	25,25
921	38,62
924	82,39
941	987,00
947	110,91
953	26,55
967	151,60
976	753,70
977	1 675,25
980	230,52
1003	98,72
1011	142,80
1013	27,77
1018	58,05
1022	353,25
1024	1 156,43
1026	180,67
1030	71,47
1035	94,20
1041	46,39
1053	9 072,39
1055	120,00
1056	40,30
1077	119,08
1081	485,73
1086	1 400,35
1097	609,12
1100	55,27
1108	1 231,07
1118	167,38
1122	48,60
1125	3 103,23
1139	45,00
1141	160,00
1147	3 508,80
1152	10,00
1153	674,08



1158	172,80
1173	128,07
1174	396,10
1177	902,00
1183	5 435,40
1192	213,40
1194	1 143,50
1198	5 477,64
1199	634,85
1205	14,48
1206	5 678,06
1227	127,82
1238	384,79
1239	256,60
1245	1 152,82
1249	291,05
1251	25,54
1255	26,82
1266	562,17
1275	5,15
1300	61,35
1301	277,34
1304	1 410,28
1305	242,82
1306	2 316,48
1309	510,00
1310	2 830,20
1311	1 135,29
1318	5,00
1321	200,26
1322	4 896,11
1323	72,26
1329	65,00
1347	887,46
1348	690,72
1349	1 517,19
1361	178,08
1363	200,34
1364	38,62
1374	243,39
1379	166,76
1381	7,73
1395	53,20
1400	5,00
1404	2 566,11
1408	30,00
1422	37,81
1428	42,64
1437	42,64

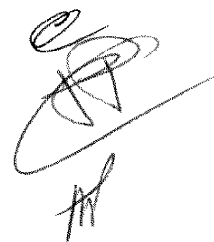
Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015



1438	38,62
1444	2 908,66
1446	134,10
1448	1 983,08
1452	4 918,81
1456	25,69
1464	66,47
1471	5,00
1473	231,60
1474	617,93
1484	15,00
1524	200,00
1535	42,00
1544	82,94
1551	62,15
1560	36,51
1595	1 180,00
1599	27,30
1601	1 538,80
1603	1 195,14
1619	987,66
1626	18,99
1651	7,56
1652	162,06
1653	4 749,42
1657	54,02
1660	3 041,52
1666	19,01
1687	55,53
1697	205,92
1711	90,76
1719	155,00
1743	9 279,71
1754	238,05
1759	74,63
1762	131,44
1797	93,78
1811	318,65
1823	112,33
1842	649,20
1847	25,80
1870	242,04
1874	57,76
1883	270,00
1894	921,14
1897	403,10
1907	10,00
1909	639,37
1912	174,65



1934	1 928,76
1939	767,80
1945	170,00
1949	264,60
1963	130,00
1967	644,43
1970	204,88
1971	20,00
1972	863,21
1981	26,48
1982	686,99
1983	340,65
1985	7 192,96
1990	409,13
1991	621,88
1996	3 224,85
2002	20,00
2003	55,00
2005	2 047,68
2010	3 646,59
2011	100,00
2018	100,53
2019	700,00
2024	119,84
2026	1 488,11
2030	10,00
2034	215,64
2035	8 819,38
2037	605,13
2039	3 807,67
2042	36,87
2043	1 765,67
2046	2 206,96
2047	2 492,67
2051	224,00
2055	6 420,90
2058	1 332,24
2067	426,58
2068	225,24
2069	58,46
2071	310,38
2072	22,66
2073	88,44
2076	231,92
2080	3 406,75
2091	1 473,55
2092	320,00
2115	2 007,40
2116	210,00



2120	45,00
2121	35,00
2132	1 514,04
2144	668,50
2146	1 977,60
2150	181,96
2162	32,19
2176	10,00
2186	4 263,12
2194	1 992,90
2196	160,00
2198	145,00
2202	50,58
2218	290,68
2223	177,21
2232	149,66
2259	6,21
2273	29,48
2278	160,32
2287	2 994,64
2297	5,00
2302	5,00
2317	886,62
2337	15,00
2340	95,00
2365	170,00
2375	119,26
2382	2 685,00
2385	68,24
2398	657,56
2401	6,23
2406	1 222,76
2425	41,62
2431	82,36
2434	20,00
2439	549,55
2452	318,00
2461	20,04
2473	928,60
2475	443,00
2483	375,48
2484	266,30
2488	24,28
2489	55,00
2491	1 102,88
2494	5,00
2500	325,26
2501	6,31
2504	2 205,52



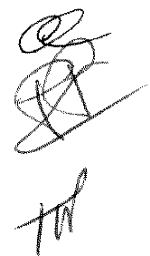
2506	2 654,55
2508	90,92
2514	316,65
2520	52,41
2527	1 746,08
2534	35,00
2535	262,06
2537	600,00
2538	853,07
2539	2 470,42
2542	129,22
2546	348,84
2547	20,33
2548	608,16
2549	220,92
2550	1 811,44
2551	276,29
2554	363,45
2569	2 063,43
2571	4 994,54
2577	652,12
2589	7 721,05
2596	21,30
2600	707,52
2616	613,04
2617	1 902,02
2618	3 415,22
2620	274,56
2626	2 905,82
2627	1 283,06
2638	795,05
2647	161,10
2654	609,78
2657	150,00
2658	163,80
2659	4 768,37
2661	5,00
2663	10,57
2667	2 064,15
2668	162,96
2669	277,32
2675	247,38
2691	1 783,62
2694	184,98
2703	165,76
2705	861,66
2713	358,10
2715	1 306,12
2722	1 641,28



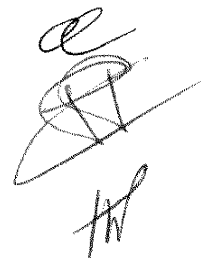
2723	1 650,15
2724	5,00
2741	4 872,44
2752	275,66
2789	2 408,61
2796	1 394,81
2803	137,16
2809	196,92
2818	66,98
2837	9 702,49
2843	2 631,80
2852	37,94
2862	2 451,32
2866	103,86
2873	43,80
2878	311,80
2879	145,89
2881	83,25
2891	95,92
2901	347,77
2903	1 314,32
2911	704,34
2919	308,20
2922	38,90
2923	1 475,71
2929	77,82
2935	17,78
2939	36,47
2940	3 324,08
2945	2 150,12
2950	219,15
2951	757,12
2952	4 188,31
2953	108,96
2956	65,37
2957	2 383,76
2959	21,65
2969	1 418,63
2977	304,02
2981	1 943,06
2995	49,38
3014	113,38
3021	499,29
3024	2 033,47
3026	240,83
3039	110,00
3045	17,12
3047	149,00
3056	190,70




3065	78,04
3066	996,00
3067	1 952,02
3077	6 123,51
3080	128,97
3091	30,00
3092	122,60
3097	373,68
3101	1 036,83
3102	264,16
3109	30,00
3110	25,56
3111	408,10
3113	1 273,10
3125	1 163,26
3128	33,88
3129	396,60
3132	4 238,31
3133	4 805,03
3136	60,95
3138	1 227,06
3139	9 552,50
3141	566,85
3145	1 193,31
3147	52 247,67
3148	25,00
3155	204,62
3157	69,42
3161	1 021,60
3168	216,32
3181	2 655,78
3182	540,00
3184	176,88
3188	95,97
3194	125,00
3197	64,40
3198	20,01
3200	733,62
3205	124,30
3206	100,00
3210	148,02
3212	1 582,02
3213	260,00
3217	284,03
3218	82,25
3219	14 659,38
3220	61,60
3221	270,00
3226	33,44



3227	352,98
3240	73,64
3244	209,38
3248	754,10
3255	13 677,18
3256	61,16
3258	106,26
3260	39,13
3263	208,70
3272	708,05
3273	1 816,08
3274	97,81
3281	580,92
3283	1 191,75
3294	357,25
3300	1 814,24
3301	44,65
3306	108,46
3310	132,83
3324	266,04
3328	1 070,37
3329	228,22
3335	75,97
3337	248,44
3340	1 156,43
3346	4 543,29
3348	1 123,38
3349	308,72
3350	4 851,92
3353	5 403,68
3354	1 112,61
3364	870,64
3365	475,23
3366	47,33
3369	80,88
3372	568,48
3375	284,64
3377	92,69
3379	215,97
3380	193,68
3386	41,42
3388	4 809,20
3390	1 300,86
3397	56,96
3398	200,00
3411	114,96
3413	200,00
3418	101,60
3419	40,00

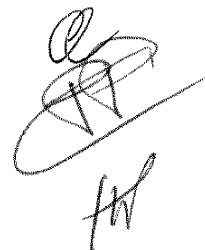


3422	540,94
3426	4 617,80
3429	11,89
3430	36,75
3432	5,00
3434	130,00
3437	489,10
3438	250,60
3439	457,88
3443	53,09
3446	313,48
3447	105,00
3452	357,02
3454	427,82
3459	301,66
3473	64,90
3480	161,07
3490	1 105,54
3491	5,00
3494	2 267,52
3501	327,10
3508	1 743,74
3512	2 284,57
3513	121,24
3517	1 633,50
3521	287,70
3524	12 262,15
3528	25,32
3532	205,00
3533	29,22
3536	316,20
3538	384,00
3539	47,48
3540	205,50
3541	297,89
3545	2 115,87
3547	2 615,84
3550	1 525,98
3553	64,90
3558	10 187,13
3560	32,05
3565	4 791,96
3566	6 445,10
3573	3 049,59
3575	5 805,86
3583	9 214,10
3608	221,77
3612	1 003,80
3619	1 014,86

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015



3622	180,00
3623	8,84
3629	33,37
3637	14,80
3650	25,00
3653	10,00
3659	220,00
3681	20,00
3684	18,52
3697	801,36
3698	53,51
3700	1 997,87
3707	890,16
3730	3 682,85
3742	16,34
3743	345,96
3750	872,73
3755	4 218,84
3760	421,30
3770	767,80
3793	48,76
3801	539,84
3802	54,05
3819	18,40
3823	56,88
3824	27,08
3830	100,68
3844	67,55
3845	120,00
3858	119,29
3863	9 473,73
3870	953,96
3877	22,59
3887	680,53
3893	37,59
3894	170,00
3900	1 360,20
3905	66,49
3906	10,00
3908	1 378,79
3919	250,00
3920	101,03
3921	314,10
3923	136,82
3927	4 379,82
3930	4 992,26
3931	1 387,10
3932	1 573,80
3934	22,16



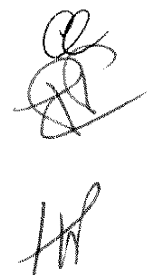
3937	12 651,65
3941	798,35
3942	246,30
3943	324,20
3970	25,84
3982	2 502,29
3994	7 539,90
4008	3 526,10
4016	2 252,89
4026	240,00
4041	107,92
4048	25,34
4056	1 063,05
4075	11 115,21
4079	214,60
4080	1 116,71
4085	97,32
4089	50,64
4092	35,76
4095	175,00
4097	547,99
4107	21,08
4108	1 455,99
4135	1 507,90
4150	67,18
4165	140,00
4166	7 311,58
4168	41,37
4171	5,00
4173	30,00
4175	4 575,92
4184	86,02
4185	3 640,08
4189	1 432,40
4194	7,02
4199	8 447,24
4215	475,36
4226	74,01
4250	68,79
4257	10 816,24
4267	806,78
4271	3 057,04
4292	11,89
4303	195,36
4306	1 261,52
4314	153,90
4316	9,24
4318	27,39
4320	974,88

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015




4336	1 522,40
4338	61,36
4342	2 051,46
4344	14,31
4349	183,24
4350	941,18
4354	59,04
4360	384,39
4366	74,13
4373	120,00
4377	76,08
4381	9 739,24
4384	223,06
4386	140,20
4389	788,40
4404	262,92
4405	30,57
4417	199,21
4421	136,38
4425	627,32
4431	44,55
4444	35,02
4453	355,50
4470	20,00
4478	2 644,92
4496	9 502,96
4501	1 074,47
4502	214,14
4506	48,06
4509	71,91
4511	164,00
4514	2 075,98
4518	20 280,00
4519	5,00
4520	706,79
4521	20,00
4527	85,20
4528	146,98
4529	114,66
4532	99,63
4536	1 002,92
4539	2 866,26
4540	4 054,80
4547	421,34
4548	5,83
4550	619,87
4551	456,02
4552	47,52
4557	278,24

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015



4559	635,96
4564	21,41
4584	5,00
4586	5 134,40
4598	130,00
4624	116,22
4638	110,00
4647	10,00
4659	932,79
4666	80,00
4671	6,22
4684	1 208,61
4705	5,00
4709	1 339,24
4710	5,00
4728	260,00
4750	130,00
4787	32,90
4788	5 849,45
4813	175,00
4824	25,00
4841	91,74
4844	5,00
4861	2 717,40
4867	326,81
4869	586,35
4889	5,00
4891	20,00
4894	20,00
4897	1 479,44
4899	50,00
4900	304,98
4901	104,60
4902	181,87
4910	13,24
4918	587,52
4920	653,82
4930	23,97
4933	46,10
4935	273,43
4941	5,00
4948	292,66
4957	400,00
4960	1 894,40
4961	2 325,56
4962	535,32
4964	6,00
4966	33,25
4967	967,87



4968	24,95
4969	55,00
4973	310,87
4978	474,98
4980	8,79
4982	10 200,00
4986	168,72
4987	8,74
4991	22,54
4996	67,38
4997	3 920,90
5005	34,07
5013	60,00
5021	15,00
5022	90,00
5023	86,80
5028	24,70
5031	63,85
5034	220,12
5039	565,00
5042	175,00
5045	356,48
5047	24,91
5050	512,00
5053	994,90
5057	55,00
5058	232,36
5059	146,22
5061	83,58
5067	6 950,34
5074	35,00
5075	539,30
5076	402,90
5094	244,73
5095	95,00
5098	65,99
5106	1 846,68
5107	103,12
5108	58,36
5123	1 307,88
5136	77,00
5138	84,44
5141	815,58
5147	333,69
5154	5,00
5155	253,32
5161	72,54
5171	151,40
5172	1 630,00

Relatório de gestão e demonstração económico-financeira 2015



5188	5,00
5195	945,76
5197	57,56
5200	11,30
5204	15,00
5207	5,00
5209	416,40
5210	123,08
5214	254,40
5215	2 194,02
5220	58,80
5221	34,62
5224	2 542,54
5231	681,20
5234	15,00
5237	60,00
5241	493,38
5243	984,44
5244	30,00
5255	566,56
5260	35,00
5261	754,66
5263	268,47
5273	60,72
5278	107,85
5279	550,43
5283	150,00
5285	15,00
5306	37,80
5340	91,24
5342	485,98
5344	237,51
5348	187,04
5355	5,00
5356	10,86
5362	132,51
5364	50,85
5374	106,56
5375	15,00
5379	401,10
5394	815,78
5400	1 600,00
5409	5,35
5416	102,93



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS
CONTAS DO EXERCÍCIO**

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

Ao Município de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contem reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis e refletem a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de março de 2016


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldès (ROC n.º1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1.467.214 Euros e um total de capital próprio de 655.552 Euros, incluindo um resultado líquido de 25.883 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MatosinhosHabit – Entidade Empresarial Municipal em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

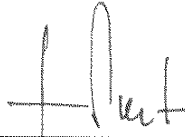
Porto, 16 de março de 2016


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por Carla Manuela Serra Gerales (ROC 1127)

Aprovado pelo Conselho de Administração da MatosinhosHabit – MH, Entidade de 16 de Março de 2016.

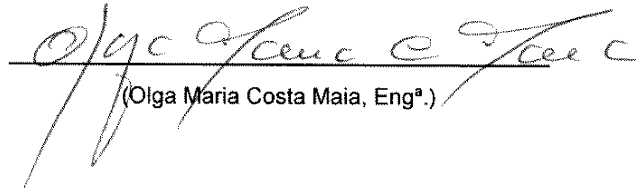
O Conselho de Administração

O Presidente,



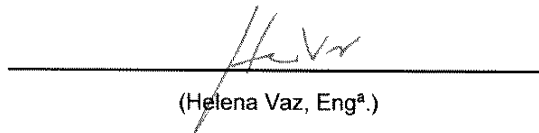
(Guilherme Pinto, Dr.)

A Administradora,



(Olga Maria Costa Maia, Eng^a.)

A Administradora,



(Helena Vaz, Eng^a.)

REUNIÃO EM 16 DE Março DE 2016

DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração analisou o documento em questão e após os esclarecimentos prestados pela diretoria administrativa e financeira e pelo Revisor de Contas, deliberou por unanimidade aprovar o mesmo e remeter à Câmara Municipal para deliberação, de acordo com a legislação em vigor e os Estatutos da Empresa.

Bianco Braga

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Reunião ordinária realizada em 22 de março de 2016

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira do ano 2015 da Matosinhos Habit, E.M. e deliberou, por maioria, com uma abstenção: 1 - mandar a Sr.ª Dr.ª Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana para votar favoravelmente este documento; 2 - submeter o presente relatório à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o art.º 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação. A abstenção pertenceu ao senhor vereador José Pedro Silva Rodrigues.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Sessão ordinária realizada em 28 de abril de 2016

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Demonstração Económica e Financeira do ano 2015 da Matosinhos Habit E.M. S.A. nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.